

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Conselheiros, às autoridades competentes, aos nossos participantes e ao público em geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparativas com 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, tendo por base a Circular SUSEP nº. 648, de 12 de novembro de 2021, vigorando a partir de 03 de janeiro de 2022. Com o controle da pandemia Covid-19 e a retomada gradual da normalidade na economia e do mercado de seguros, os brasileiros dispensaram maior atenção ao tema, especialmente ao segmento de vida, no qual estamos inseridos. Esse cenário contribuiu para o aumento da procura pela proteção pessoal e familiar. Sob essas perspectivas e oportunidades, a Entidade concentrou esforços, estudou detalhadamente o mercado-alvo, estruturou-se para atendê-lo, redirecionou sua inteligência e valências, desenvolveu ferramentas, metodologia e tecnologia a fim de torná-la competitiva e reconhecida como a melhor solução do mercado. O reflexo foi sentido imediatamente, com o acréscimo no número de participantes no ordem de 10,50% ante mesmo período de 2021. O faturamento de 2022 teve importante incremento de 98,68% comparado ao do ano anterior. As perspectivas para 2023 apontam para um salto ainda maior na captação e ampliação do quadro de participantes, faturamento e novas receitas, superando mais uma vez os índices anteriores. Novamente, continuamos alinhados à estratégia com vistas ao redirecionamento de operações e ações para o Rio Grande do Sul. Por fim, com o habitual rigor na gestão de riscos, compromisso constante no controle e redução de custos, a UPOFA vem cumprindo importante e destacado papel no mercado nacional. A UPOFA declara que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
ATIVO	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		R\$	R\$	R\$	R\$
ATIVO (RS I)					
CIRCULANTE		955.718,26	1.389.854,49	495.698,01	616.937,71
Disponível		682.373,21	1.152.464,47	335.146,36	507.413,60
Caixa e Bancos	"2.b"	273.345,05	237.390,02	68.769,03	76.007,91
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		152.606,24	63.386,31	131.111,74	18.522,46
Outros Créditos a Receber		0,00	18.465,88	22.218,26	17.049,92
Depósitos Judiciais		182.323,04	230.169,82	9.672,05	0,00
Assistência Financeira a Participantes	"2.d" e "4"	(61.584,23)	(74.631,99)	221.375,28	395.833,31
(-) Provisão p/ Riscos de Cred. Duvidosos		1.319.237,27	972.585,96	60,84	20,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.111.103,01	955.378,49	160.490,81	109.504,11
Realizável a Longo Prazo		846.071,70	382.931,96	1.548,94	2.303,20
Aplicações		265.031,31	572.446,53	6,15	6,20
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	"2.c" e "3"	50.000,00	320.050,00	1.542,79	2.297,00
Direito Resultante Venda de Imóvel		19.355,30	0,00	158.941,87	107.200,91
Outros Títulos a Receber		195.676,01	252.396,53	11,50	91,72
Assistência Financeira a Participantes	"2.d" e "4"	15.515,24	12.815,24	33.719,22	0,00
INVESTIMENTOS		192.619,02	4.392,23	120.037,02	74.976,67
Outros Investimentos		114.246,45	114.246,45	2.394,69	2.949,87
IMOBILIZADO	"2.f" e "5"	215.000,00	0,00	2.779,44	29.182,72
Bens Móveis		335.713,50	335.713,50	496.173,77	671.457,21
Veículos		0,00	0,00	473.369,18	612.461,15
Outras Imobilizações		(472.340,93)	(445.567,72)	40,83	0,00
(-) Depreciação Acumuladas				432.566,01	612.461,15
TOTAL DO ATIVO		2.274.955,53	2.362.440,45	2.274.955,53	2.362.440,45

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021 (EM R\$)					
	Patrimônio Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Retenção de Superávits	Superávit/ Déficit	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	849.038,76	30.830,25	218.359,41	(653.612,53)	444.615,89
Realização Reserva	-	(30.830,25)	-	30.830,25	0,00
Superávit/Déficit do Período	-	0,00	218.359,41	629.429,64	629.429,64
Saldos em 31 de dezembro de 2021	849.038,76	0,00	218.359,41	1.074.045,53	1.117.843,77
Superávit do Período	-	0,00	-	117.843,77	117.843,77
Saldos em 30 de junho de 2022	849.038,76	0,00	218.359,41	124.492,73	1.191.890,90
Superávit do Período	-	0,00	-	91.192,85	91.192,85
SALDO FINAL EM 31 de dezembro de 2022	849.038,76	0,00	218.359,41	215.685,58	1.283.083,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL.
A UPOFA - União Previdencial é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, e está autorizada a operar com Planos de Pecúlio de Previdência Complementar Aberta e concessão de assistência financeira aos seus participantes nas regiões do Paraná e Rio de Janeiro. Os critérios de gerenciamento de riscos são aplicados através de programa específico, com a garantia de consignação em órgãos conveniados, Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Comando do Exército, através da Secretaria de Economia e Finanças, dentre outros.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS
a. Base de Preparação - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09, Circular SUSEP nº. 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, além das Normas e Instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas das Entidades Abertas de Previdência Complementar. Os itens incluídos nas informações da entidade são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atua. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **c. Valores a Receber** - Os Créditos a receber são contabilizados pelos valores faturados. A Redução ao Valor Recuperável não se faz necessária por não registrar nenhuma inadimplência. **d. Assistência Financeira a Participantes** - Está demonstrada pela Assistência Financeira concedida, líquida da Provisão para Riscos Sobre Assistência Financeira e dos juros e encargos prefixados, ajustados de acordo com os prazos contratuais. A Provisão Para Riscos Sobre Assistência Financeira é constituída em montante julgado suficiente para absorver eventuais perdas nos recebimentos dos créditos. **e. Títulos e Valores Mobiliários** - A Entidade classificou as suas aplicações financeiras, detalhadas na nota "3", nas seguintes categorias: Títulos Mantidos até o Vencimento; O valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários foi calculado da seguinte forma: Títulos de Renda Fixa - Públicos: com base no preço unitário da Letra Financeira do Tesouro, divulgado pelo Banco custodiante, Banco do Brasil S/A. Os rendimentos decorrentes da valorização das Letras Financeiras foram registrados no resultado do exercício. A entidade possui 34 Letras Financeiras do Tesouro, valendo R\$ 429.883,55 em 31 de dezembro de 2022 e 99 NTN-B Notas do Tesouro Nacional série B, valendo R\$ 416.188,15. As aplicações financeiras estão distribuídas conforme quadro detalhado na nota "3". Estes títulos e valores mobiliários são garantidores das Provisões Técnicas e estão custodiados em instituição financeira autorizada pela SUSEP e foram suficientes para cobrir a necessidade de cobertura das provisões (RS 183.295,40), gerando excedente (ativo líquido) de R\$ 662.776,30 em 31/12/2022. **f. Imobilizado**: O imobilizado, é contabilizado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os valores de contabilização dos ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em dezembro de 2021, foi alienado o conjunto de salas nº01, 902 e 903, 9º andar do Edifício Cel. Joaquim da Costa Cabral, Rua Emiliano Pernet, 10, Curitiba/PR para Construtora Follmer Ltda, inscrita no CNPJ nº.0857.747/0001-60, pelo Valor de R\$ 1.100.000,00, já foram pagos R\$ 1.000.000,00, restando um saldo de R\$ 100.000,00, estando registrado no Ativo Circulante o valor de R\$ 50.000,00, o restante de R\$ 50.000,00 no Ativo não Circulante. Essa alienação foi realizada entre partes independentes e os compradores não são partes relacionadas da Entidade. Em Maio de 2022, a Entidade adquiriu um automóvel (Camionete), no valor de R\$ 215.000,00, através de financiamento junto ao Banco Sicredi em 48 parcelas, restando ainda 42 parcelas a serem pagas. As depreciações são calculadas com base na vida útil e utilização dos bens (NBC TG 27(R3)). A Administração da UPOFA entende não haver indicativo de que o valor contábil dos bens adquiridos exceda o seu valor recuperável e, que, portanto, não há riscos de Impairment. **g. Contas a Pagar** - As Contas a Pagar de Fornecedor e Honorários são obrigações referentes a bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivo Circulante por serem obrigações a ser realizadas em período inferior a 12 meses da data base. **h. Demais Ativos e Passivos** - Registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até as datas dos balanços. **i. Gerenciamento de Riscos** - A Entidade adota o gerenciamento de riscos de modo descentralizado, de acordo com os níveis de alocação definidos pela Diretoria. A aplicação das diretrizes e normas estabelecidas nos processos é exercida pelos gestores, baseado em processos de acompanhamento, mensuração e mitigação dos riscos. Os principais riscos aos quais a Entidade está exposta são: **Risco de Mercado** - é acompanhado, aferido e gerenciado periodicamente de maneira a evitar a ocorrência de tais riscos. No tocante aos seus ativos financeiros a Entidade é conservadora, aplicando os valores vinculados a cobertura das provisões técnicas em

títulos do Governo Federal; **Riscos de Liquidez** - tem o seu acompanhamento e gerenciamento periódico e associado diretamente ao risco de mercado - Ativos Financeiros. A Entidade tem por preocupação a manutenção de uma política que vise não apenas os níveis mínimos que devem ser observados, mas também em que tipo de aplicações financeiras os recursos devem permanecer aplicados para assegurar os níveis mínimos de liquidez de modo a evitar riscos, e dessa forma não exigir a necessidade de um plano de contingências para situações críticas; e **Risco Operacional** - é acompanhado, monitorado, divulgado e gerenciado permanentemente, durante todo o processo que se inicia com a subscrição de um plano de previdência até o momento de liquidação de um benefício, de forma a eliminar a ocorrência de operações que possam caracterizar-se como de risco. **j. Teste de Adequação do Passivo (TAP)** - Em consonância com os normativos SUSEP, mais especificamente a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações, foi elaborado o teste de adequação do passivo - TAP da Entidade, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos assumidos até a data base de 31 de dezembro de 2022. O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos com estas operações, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos. Para a realização do TAP, primeiramente a Entidade agrupou os contratos de acordo com sua estrutura de planos e bases técnicas, em conformidade com o previsto na Circular mencionada. Em seguida, apurou a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cada agrupamento (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura - PCC, se houver), deduzida, se for o caso, dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou. **k. Critérios técnicos adotados:** Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas as tábuas BR-EMSA de Morte, versão 2021, masculina e feminina; Taxa de Juros e índice de preços: Adotamos a taxa de juros livre de risco disponibilizada pela SUSEP e pela ANBIMA ao mercado segurador, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos, no caso, o cupom do IPCA/IBGE. **Despesas administrativas:** Utilizou-se o percentual de 28,13%, apurado com base nas despesas administrativas reais da Entidade. **Persistência:** Utilizou-se os percentuais descritos na tabela abaixo.

Plano	Taxa anual
2	12%
3	11%
4	5%
6	8%

• Resultados Finais do TAP: Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP não indica necessidade de constituição de provisionamento complementar. Por fim, informamos que não se identificou valor de "Mais Valia" para o período.

GRUPO	VP FLUXOS DE CAIXA	PROVISÕES TÉCNICAS	RESULTADO (RS)
Prêmios Não Registrados	(2.611.711,55)	0,00	(2.611.711,55)
PPNG	0,00	17,65	(17,65)
PMBAC-BD*	(14.319,32)	23.944,82	(38.264,14)
PSL- IBNR- PDR	154.408,51	156.553,49	(2.144,98)
PVR	0,00	2.779,44	(2.779,44)

* Inclui a PDR de PMBAC-BD

k. Concentração de Riscos - Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes dos normativos em vigor, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. No exercício de 2022, a análise dos dados demonstra um aumento significativo de 85,6% na arrecadação, em relação ao mesmo período de 2021, com grande parte de seus recursos concentrados na região Sul, com 98,8%, na qual fica localizada sua sede social.

Distribuição dos Riscos	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios Diretos (RS)	Concentração de Risco	Prêmios Diretos (RS)	Concentração de Risco
Região 8 (RS, S e PR)	2.342.301,02	98,8%	1.205.350,00	94,3%
Região 6 (RJ, ES e MG)	27.423,74	1,2%	40.224,00	3,2%
Demais regiões	1.890,86	0,1%	32.113,00	2,5%
Total	2.371.615,62	100,0%	1.277.687,00	100,0%

1. Apuração do Resultado
As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência, exceto as receitas de contribuições que são reconhecidas à medida do seu recebimento.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Longo Prazo	31/12/2022		31/12/2021		Parâmetros Utilizados
	Custo RS	Mercado RS	Custo RS	Mercado RS	
1 - MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO					
Letras Financeiras Tesouro Nacional	429.883,55	429.883,55	382.931,06	382.931,06	34 SELIC
Notas Tesouro Nacional	416.188,15	416.188,15	0,00	0,00	99 IPCA+5,35% a.a
Total	846.071,70	846.071,70	382.931,06	382.931,06	

4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
	RS	RS		RS	RS
Ativo Circulante	120.738,81	155.537,83	Ativo Não Circulante	195.676,01	252.396,53
Garantia de Averbção	246.644,44	303.074,54	Garantia de Averbção	264.708,18	332.341,42
(-) Receitas a Apropriar	(64.321,40)	(72.904,72)	(-) Receitas a Apropriar	(69.032,17)	(79.944,89)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(61.584,23)	(74.631,99)	(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-

O Imobilizado é composto de:

Imobilizado	Custo	Depreciação	Valor Líquido		Imobilizado	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
			31/12/2022	31/12/2021				31/12/2021	31/12/2022
Móveis					Móveis				
Equipamentos	68.476,18	(66.188,07)	2.288,11	3.738,01	Equipamentos	3.738,01	0,00	(1.449,90)	2.288,11
Móveis, Máquinas e Utensílios.	45.770,27	(45.356,05)	414,22	654,22	Móveis, Máquinas e Utensílios.	654,22	0,00	(240,00)	414,22
Total Móveis	114.246,45	(111.544,12)	2.702,33	4.392,23	Total Móveis	4.392,23	0,00	(1.689,90)	2.702,33
Veículo	215.000,00	(25.083,31)	189.916,69	0,00	Total Geral	4.392,23	0,00	(1.689,90)	2.702,33
Veículo	215.000,00	(25.083,31)	189.916,69	0,00	Veículo	0,00	215.000,00	(25.083,31)	189.916,69
Outras Imobilizações	335.713,50	(335.713,50)	0,00	0,00	Veículo	0,00	215.000,00	(25.083,31)	189.916,69
Total Geral	664.959,95	(472.340,93)	192.619,02	4.392,23	Total Geral	4.392,23	215.000,00	(26.773,21)	192.619,02

6. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Saldos Constituídos
PROVISÕES TÉCNICAS - CP
PLANO BLOQUEADO - PECÚLIO REPARTIÇÃO SIMPLES
Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG 151,76 (145,56) 6,20
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR 4.380,22 13.859,87 (15.943,09) 2.297,00
Provisão para Despesas Relacionadas 103,86 0,00 (103,86) 0,00
Provisão Sinistros a Liquidar - Administrativos 4.484,08 14.011,63 (16.192,51) 2.303,20

PLANO NÃO BLOQUEADO - PECÚLIO - CAPITALIZAÇÃO
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder 3.921,58 0,00 (3.921,58) 0,00
Provisão de Sinistros a Liquidar - Administrativos 14.745,12 101.706,42 (85.949,66) 30.959,88
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR 4.229,37 19.855,24 (21.134,81) 2.949,80
Provisão de Despesas Relacionadas 28.010,81 172.819,40 (171.647,49) 29.182,72
Total 50.996,88 294.381,06 (282.195,54) 63.092,40

Saldo em 30/06/2021	Adições	Reduções	Saldo em 31/12/2021
	151,76	(145,56)	6,20
	4.380,22	13.859,87	(15.943,09)
	103,86	0,00	(103,86)
	4.484,08	14.011,63	(16.192,51)
	3.921,58	0,00	(3.921,58)
	14.745,12	101.706,42	(85.949,66)
	4.229,37	19.855,24	(21.134,81)
	28.010,81	172.819,40	(171.647,49)
	50.996,88	294.381,06	(282.195,54)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
	Nota	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
(+) CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS		2.371.615,62	1.193.694,36
Receita de Contribuições		2.371.615,62	1.193.694,36
(-/-) VARIÁVEIS DAS PROVISÕES TÉCNICAS		63.230,13	80.921,61
Variáveis das Provisões Técnicas		63.230,13	80.921,61
(=) PRÊMIOS GANHOS		2.434.845,75	1.274.615,97
(-) SINISTROS OCORRIDOS		(652.146,11)	(525.464,65)
Despesas com Benefícios			

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Entidade, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros/benefícios, agravando a rubrica de sinistros ocorridos, pois este é o indicador que, frente ao tipo de operação praticada, pode apresentar alguma volatilidade relevante, refletindo impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil avaliado em 31 de dezembro de 2022. Os demais parâmetros referentes a taxas de juros, índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto. Analisando-se os indicadores de sinistralidade da Entidade e observando seu histórico de evolução (2020=7,3%, 2021=37,9% e 2022=24,2%), tem-se que o exercício atual demonstrou uma queda relevante de sinistralidade em comparação ao anterior, em razão do abrandamento da pandemia de COVID-19. Desta forma, entende-se prudente a aplicação de um agravado de 10% na rubrica contábil de sinistros ocorridos verificada no exercício de 2022, com vistas a analisar-se os respectivos impactos advindo deste cenário. Seguem abaixo os reflexos contábeis no resultado e no patrimônio líquido oriundos das premissas de agravado na rubrica de sinistros ocorridos, líquidos dos efeitos tributários:

Premissa do teste de sensibilidade	Reflexo no Resultado (RS)		Reflexo no PL (RS)	
	Normal	Com agravado do teste	Normal	Com agravado do teste
Agravamento de 10% nas despesas com benefícios	209.038,22	87.470,23	1.283.083,75	1.161.515,76

Como conclusão do teste de sensibilidade, o impacto estimado sobre o Resultado e o PL seria absorvido pela Entidade, uma vez que permaneceria com suficiência de PLA em relação ao CMR.

Curitiba, 31 de dezembro de 2022.

Evandro Augusto Raber Flávio Taboada
Diretor-presidente Contador - CRCRS 43.951
Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuarial - MIBA - 630

Parecer do Auditor Atuarial Independente

À UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL,

Examinamos as províncias técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuarial independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração** - A Administração da UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL é responsável pelas províncias técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuarial Independente - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em

o trabalho auditoria atuarial, conduzido de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províncias técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. **Opinião** - Em nossa opinião, as províncias técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos** - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela UOFOA - UNIÃO PREVIDENCIAL e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Curitiba, 18.02.2023.

Mardey Gomes Teixeira
Atuarial-CHEF da MT Atuarial
MIBA 1233 - CPF 61489662391
CUBA 138 - CNPJ 15.608.202/000198
Rua Pedro Parigot de Souza, 3901.

Cidade Industrial de Curitiba. CEP 81.280-330. Curitiba-PR.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da UOFOA - União Previdencial
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da UOFOA - União Previdencial (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UOFOA - União

Previdencial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou encerrar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o cessamento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade sobre supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião. ● A determinação da materialidade é afetada

pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras para usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômica razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. ● Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria. ● A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ● Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante os nossos trabalhos não identificamos deficiências nos controles internos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2023

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC 2 SP - 032367-0-1
Luiz Fernando Silva Soares - Contador CRCRS nº. 033.964-0